

(...) continuação (...) ÁGUAS DO PARAÍBA S.A. - CNPJ 01.280.003/0001-99

Estado do Rio de Janeiro contra a cobrança de ICMS nas contas de fornecimento de água, obtendo, em 2006, decisão favorável junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a cobrança de ICMS pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nas contas de fornecimento de água. A Concessionária firmou um termo de operacionalização junto ao Ministério Público e o Município de Campos dos Goytacazes objetivando dar transparência e regras claras à forma de devolução de créditos em favor de seus clientes. Em virtude da ordem judicial acima mencionada, a Concessionária aplicou um saldo inicial de R\$ 638 em uma Caderneta de Poupança do Banco do Brasil, em 18 de outubro de 2007, por um período de 5 (cinco) anos, com uma atualização mensal em média de 0,5%, iniciando, naquele mesmo ano, o processo de devolução de ICMS a seus clientes. O valor atualizado do ICMS a devolver – Clientes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 213. 21. Depósitos judiciais e provisão para contingências: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões, líquidas de depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais	417	417
Provisões	3.199	3.190
Total	3.616	3.607

Processo nº 0032157-52.2018.8.19.0014. Trata-se de ação Cível ajuizada pelo Condomínio do Edifício Recanto das Palmeiras (108 blocos); em face de Águas do Paraíba S.A., em trâmite perante a 5ª Vara Cível de Campos dos Goytacazes, tendo por objeto questionar o procedimento tarifário do contrato de concessão; em resumo, ver aplicada a tarifa híbrida. Em 10 de dezembro de 2021, homologa o acordo que determina pagamento das tarifas depositadas via crédito na conta da empresa no valor de R\$ 2.794.945,97. Uma importante demanda totalmente extinta, com o resgate de significativo valor, restabelecimento de adimplimento mensal de tarifas equivalente aos serviços para aproximadamente 5 mil pessoas, não houve um único desembolso de despesas para a empresa, e, o mais importante, 100% restabelecido, mantido e respeitado o nosso procedimento tarifário. Processos com probabilidade de perda classificada como possível. A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativa de perda possível, apresentando como posição dos passivos contingentes em 31 de dezembro de 2021 os valores de R\$ 22.887 para contingências cíveis (R\$ 10.638 em 31 de dezembro de 2020), R\$ 625 para contingências tributárias (R\$ 1.019 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 25.688 para contingências tributárias (R\$ 24.072 em 31 de dezembro de 2020). Processo nº 0035537-83.2018.8.19.0014. Há, em curso, ação declaratória ajuizada pelo Serviço Social do Comércio SESC/ARRJ em face de Águas do Paraíba S.A., tendo por objeto pedido de enquadramento tarifário na categoria de consumo público. Em 20.05.2021, foi proferida sentença procedente para condenar a ré a proceder ao reenquadramento tarifário do autor na categoria pública e a devolver os valores cobrados a maior, desde a alteração tarifária. Em 10.06.2021, Águas do Paraíba S.A. interpus recurso de apelação, que se encontra pendente de julgamento. Multiplicação de economias. Há, atualmente, 18 (dezoito) demandas que têm como objeto o questionamento, pelos consumidores, de que a concessionária realizaria a cobrança pelo serviço de fornecimento de água através da multiplicação do consumo mínimo pelo número de economias, não observando o consumo real aferido pelo único hidrômetro instalado no local, o que, no entender dos consumidores, seria ilegal, porém considera legal o critério de economias para fins de aplicação da tarifa progressiva. Atualmente, todas as demandas encontram-se suspensas por decisão do STJ, em razão da admissão de recursos especiais representativos da controvérsia. ICMS na demanda contratada de energia – processo nº: 0125843-60.2006.8.19.0001. Foi ajuizada ação declaratória por Águas do Paraíba S.A. em face do Estado do Rio de Janeiro, através da qual a concessionária questiona a cobrança de ICMS sobre a demanda reservada de energia elétrica. A sentença foi de procedência, a qual foi mantida no Tribunal de Justiça. Com interposição de recurso extraordinário pelo Estado, foi determinado o sobrestamento do feito em razão do reconhecimento da repercussão geral sobre o tema. O STF, após o julgamento do recurso paradigmático, fixou entendimento no sentido de que a demanda de potência elétrica não é passível, por si só, de tributação via ICMS, porquanto somente integram a base de cálculo desse imposto os valores referentes a aquelas operações em que haja efetivo consumo de energia elétrica pelo consumidor. ICMS / Seletividade – processo nº: 0046049-72.2008.8.19.0000. Foi impetrado mandado de segurança por Águas do Paraíba S.A. face do Estado do Rio de Janeiro, tendo por objeto questionamento da cobrança de alíquotas de ICMS sobre fornecimento de energia elétrica e serviços de telecomunicações na ordem de 25%, sob argumento de que tal alíquota fere o princípio constitucional de seletividade do referido imposto, sendo deferida liminar para, que até o julgamento de mérito, seja cobrada alíquota de 18%, a qual foi confirmada, ao final, com concessão da segurança. Houve a interposição de recursos especial e extraordinário pelo Estado do Rio de Janeiro. Recentemente, a questão foi definida pelo STF, sendo firmada tese favorável à pretensão da Concessionária, fixando-se a alíquota nos 18%. Contingências tributárias: As contingências tributárias decorrem basicamente de processos relativos a IRPJ, CSLL, PIS e COFINS decorrentes de diversos processos, para os quais a Concessionária apresentou defesa na esfera administrativa sob diversos fundamentos, estando ainda tramitando em primeira instância. As perspectivas destes processos são consideradas favoráveis (chance de perda inferior a 50%).

22. Partes relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Águas de Niterói S.A.	-	3
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	176	90
Total do ativo circulante	176	93
Passivo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	-	3
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	176	90
Total do passivo circulante	176	93

23. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 116.500 (R\$ 116.500 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 8.000 (oitto mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.670 (duas mil, seiscentas e setenta) ações ordinárias e 5.330 (cinco mil, trezentas e trinta) ações preferenciais.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações	350	129
Encargos sociais	116	37
Plano de saúde	10	7
Plano de previdência privada	6	6
Outros	6	2
Total	488	181

24. Receita líquida: A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida é composta como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta	290.608	278.614
Deduções da receita bruta:		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(22.884)	(21.683)
Descontos concedidos	(12.164)	(10.810)
Receita líquida	255.560	246.121
25. Custos dos serviços prestados: São compostos como segue:	31/12/2021	31/12/2020
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(2.184)	(2.148)
Energia elétrica	(16.586)	(15.295)
Custo de construção	(31.059)	(33.409)
Salários e benefícios a empregados	(9.535)	(7.720)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(22.307)	(21.211)
Utilização de imóveis e telefonia	(4.643)	(500)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(640)	(3.502)
Serviços de terceiros	(14.021)	(12.995)
Depreciações e amortizações	(19.475)	(9.778)
Outros	(527)	(571)
Total	(120.741)	(106.926)
26. Despesas gerais e administrativas: São compostas como segue:	31/12/2021	31/12/2020
Provisão perdas de crédito esperadas para contas a receber	(12.229)	(34.140)
Salários e benefícios a empregados	(16.705)	(14.801)
Utilização de imóveis e telefonia	(1.124)	(781)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.192)	(731)
Serviços de terceiros	(22.012)	(17.133)
Despesas com contencioso	(741)	(1.140)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(276)	(222)
Depreciações e amortizações	(287)	(721)
Provisão (reversão) para contingências	6.844	1.181
Outras	(5.606)	(5.949)
Total	(53.328)	(73.982)
27. Receitas (despesas) financeiras: São compostas como segue:	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Juros com aplicações financeiras	5.419	2.645
Juros e multas vinculadas à operação	4.696	3.444
Variação monetária sobre contingências	29	-
Ganhos com operações de swap	1.320	1.954
Ganho com derivativos	128	1.073
Outras	114	19
Total	11.706	9.135
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos e debêntures	(15.737)	(12.221)
Juros capitalizados	1.788	2.506
Juros de arrendamentos	(6)	(15)
Reversão de juros de arrendamentos	-	14
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(110)	(78)
Varição monetária sobre contingências	(1.260)	-
Tributos sobre operações financeiras	(697)	(401)
Descontos concedidos	(10.110)	(1.313)
Perda com derivativos	(2.532)	(1.623)
Outras	(610)	(359)
Total	(29.274)	(13.308)

28. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimonial, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/09/2021 a 27/09/2022	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2022 a 17/01/2023	10.000
Riscos operacionais	17/01/2022 a 17/01/2023	65.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2021 a 31/12/2022	82.103
Riscos ambientais	22/12/2021 a 22/12/2022	5.000
Garantia de concessão	14/09/2021 a 14/09/2022	5.325
Seguro de veículos	20/08/2021 a 20/08/2022	5.200
Garantia judicial	26/03/2021 a 26/03/2022	7.983

29. Eventos subsequentes: Em 24 de janeiro de 2022 a Concessionária emitiu 90.000 Notas Comerciais, em série única, no valor nominal de R\$ 1, perfazendo o total de R\$ 90.000, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo a instituição financeira Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora. As Notas Comerciais terão prazo de vencimento de cinco anos, a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para o dia 24 de janeiro de 2027. Sobre as Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, acrescida de spread de 2,16% a.a. A remuneração será paga semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de julho de 2022. O valor nominal unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente. Os recursos captados serão destinados à recomposição do capital de giro da Concessionária.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis: Aos Conselheiros, Administradores e Acionistas da Águas do Paraíba S.A. - Campos dos Goytacazes - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Águas do Paraíba S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Águas do Paraíba S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações contábeis da Águas do Paraíba S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 05 de março de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 24 de março de 2022. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. - CRC-25P015199/O-6; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RU090174/O-4

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9/2022 - UASG 450432

O Pregoeiro da Secretaria de Educação do GDF, vem, comunicar a suspensão da licitação referente ao Pregão Eletrônico SRP nº09/2022, o qual tem por objeto a contratação por meio DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), de empresa especializada em serviços de gestão do transporte escolar, dividido em 5 lotes por regiões, vinculadas às Coordenações Regionais de Ensino, abrangendo fornecimento de combustível, manutenções preventivas e corretivas, garagem e dois operadores - um motorista e um monitor para atender aos alunos da Rede Pública, em frota de propriedade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF. Processo: 00080-00027687/2022-56, conforme determinação contida no despacho singular nº 107/2022 - GCRR/TCD.

Brasília, 30 de março de 2022.
RENI FERNANDES
Diretor da DILIC

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO ELETRÔNICO Nº 1/2022

Processo nº 00053-00053493/2021-52/CBMD. Tipo: Maior Lance Por Item. Objeto: Leilão público eletrônico para alienação de viaturas, embarcações, equipamentos, pneus e metais diversos do CBMD, conforme Edital e anexos.

O DICOA informa a Visitação dos Bens: Das 13h às 17h, nos dias 07/04/2022, 08/04/2022, 11/04/2022 e 12/04/2022 (somente em dias úteis); Local de Exposição: Centro de Manutenção de Equipamentos e Viaturas do CBMD F - CEMEV (acesso lateral), sito ao Setor Policial - SAIS (Setor de Áreas Isoladas Sul), Área Especial 3 (atrás do Departamento de Polícia Federal), Brasília-DF; SEÇÃO VIRTUAL: site www.leiloeirosdebrasil.com.br; Abertura dos lances: às 09h do dia 11/04/2022. Fechamento dos lances: no dia 13/04/2022, a partir das 09h (fechamento dos lances online, seguindo a venda dos lotes por ordem crescente do edital - horário de término eventual). UASG: 170394. Inf.: (61) 3901-3481.

Brasília-DF, 30 de março de 2022.
HÉLIO PEREIRA LIMA - Ten-Cel. QOBM/Combatente
Diretor

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E ESPORTE

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 12/2022 - SEE

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Tecnologia da Informação para atender às necessidades das Unidades Administrativas, bem como das Escolas da Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre. Fonte de Recursos: 100 (RP), 300 (FUNDEB). Edital e Informações: O edital está à disposição nos sites: www.ac.gov.br, www.licitacao.ac.gov.br e www.comprasnet.gov.br. O prazo foi reaberto e marcado para o dia 13/04/2022 às 10h15 (Horário de Brasília), quando terá início a disputa de preços no sistema eletrônico: www.comprasnet.gov.br, em função de retificação no termo de referência.

Rio Branco-AC, 30 de Março de 2022.
MARISE MENDONÇA DE SOUSA
Pregoeira

SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 97/2022 - SEPLAG

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços continuados de instalação, retirada e manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de climatização (Condicionadores de ar), incluindo limpeza e fornecimentos de peças novas e genuínas, para atendimento aos equipamentos pertencentes a OCA Xapuri. Fonte de Recursos: 100 (RP). Edital e Informações: O edital está à disposição nos sites www.ac.gov.br, www.licitacao.ac.gov.br e www.comprasnet.gov.br. Propostas: Serão recebidas até às 10h15 (horário de Brasília) do dia 12/04/2022, quando terá início a disputa de preços no sistema eletrônico: www.comprasnet.gov.br.

Rio Branco-AC, 30 de Março de 2022.
JANDA FEITOSA DE ARAÚJO
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 117/2022 - IMAC

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de Aeronave Remotamente Pilotada - RPA (Drone), visando atender as ações de monitoramento e fiscalização das atividades de campo do Instituto de Meio Ambiente do Acre. Fonte de Recurso: 700

